

FREIRE, J.R.B.de **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Atlântica Editora, 2004. (Coleção Brasilis).

Aline da CRUZ¹

Em *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*, o historiador José Ribamar Bessa Freire percorre três séculos de história da língua geral amazônica (doravante LGA), de sua implantação ao declínio, enfatizando suas funções sociais e seu papel na constituição da identidade amazonense.

Ao apresentar as fontes de sua análise, serve-se da periodização esquemática de Francisco Iglésias (2000) sobre o processo de institucionalização dos estudos sobre as línguas ameríndias: 1500-1838, em que prevaleceram as crônicas de viajantes e missionários; 1838-1931, em que o Estado brasileiro passou a ser responsável pela documentação dessas línguas; e a partir de 1831, o momento em que os estudos tupis entraram na universidade.

Entretanto, essa periodização parece não ser suficiente para o estudo da história de uma língua que serviu para a comunicação entre diversos grupos étnicos, inclusive europeus, durante os séculos XVI e XVIII, justamente o período, cujas peculiaridades são apagadas na uniformidade do termo “período colonial”. Freire (2004) demonstra consciência dessa superficialidade – como, aliás, Iglésias (2000) também reconhece – e acaba propondo uma nova periodização, específica para compreender a trajetória das línguas na Amazônia: a) período dos intérpretes (séculos XVI-XVII); b) implantação do tupinambá (1616-1686); c) normatização da língua geral (1686-1757); d) portuguesa (1757-1850); e) hegemonia da língua portuguesa (a partir de 1850). Essa proposta tem a vantagem de colocar a língua em primeiro plano da contextualização histórica, objetivo que a

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP – 05513-970 – São Paulo-SP, Brasil. E-mail: alinecruz@usp.br.

História Social da Linguagem, como o autor chama a disciplina, nem sempre consegue atingir.

Além disso, possibilitou a estruturação do livro em três capítulos principais – II “As línguas na Amazônia e sua história social”; III “A política e o reordenamento de línguas”; IV “A LGA no século XIX: a perda da hegemonia” –, que poderiam ser chamados de ascensão (II), auge (III) e declínio (IV) da LGA. Os capítulos marginais (I “A história de um esquecimento” e V “Da língua geral ao português”) completam o todo como portos desse Rio Babel.

O ponto de partida é a desconstrução de dois mitos fundadores da memória coletiva brasileira: o mito da unidade territorial e política, que apagou as fronteiras entre as duas colônias portuguesas na América (Maranhão e Grão Pará, por um lado; e Brasil, por outro); e o mito da hegemonia da língua portuguesa no período colonial, que omitiu o papel preponderante das línguas gerais. Ademais, o autor enfatiza a atualidade da questão ao recuperar dados pouco mencionados da situação das línguas indígenas na Amazônia atualmente – por exemplo, a oficialização, em 2002, das línguas Nheengatú, Baniwa e Tukano em São Gabriel da Cachoeira, município amazonense “maior que Portugal”, como Freire (2004, p.18) faz questão de enfatizar.

O segundo capítulo trata da escolha do tupinambá para a comunicação interétnica e da sua implantação na Amazônia, executada pelos missionários jesuítas e incentivada oficialmente pela Coroa Portuguesa. O livro filia-se à corrente da lingüística que advoga que essa língua estava começando a se desenvolver como franca antes mesmo da chegada dos colonizadores, que teriam apenas acelerado o processo. Ao entrar em contato com o português e com outras línguas indígenas, muitas delas tipologicamente diferentes, o tupinambá teria sofrido mudanças fonológicas, morfológicas e lexicais, transformando-se assim na LGA. Nesse ponto, o autor demonstra conhecer a história interna da língua, o que é reforçado pela discussão de hipóteses crioulísticas, com base em Couto (1996).

O terceiro capítulo perpassa toda a trajetória da LGA, desde sua implantação até seu declínio em meados do século XIX. Antes, porém, o autor tenta delimitar essa língua em relação a um *continuum* de línguas da família tupi-guarani, demonstrando que, muitas vezes, esses limites dependem mais de parâmetros políticos, religiosos, sociais, geográficos, históricos e ideológicos, do que de critérios lingüísticos.

Freire apresenta como exemplo dessa dificuldade a distinção entre tupi e guarani, colocada em discussão no século XIX, graças ao contato dessas línguas durante a Guerra do Paraguai, que demonstrou que havia, até certo ponto, possibilidade de comunicação. Esse tipo de argumento favorecia a criação do mito, de que o tupi seria uma língua única: a “tupi-guarani”. A expansão exagerada do alcance da língua, ignorando os limites entre línguas aparentadas, teria levado também a uma confusão entre a língua geral paulista e a LGA, que o autor, ecoando Rodrigues (1999), não aceita.

Os primeiros contatos dos colonizadores com os índios da Amazônia realizaram-se pela mediação dos “lingoas” ou intérpretes, que deixaram de ser necessários pela expansão da língua geral. Graças aos missionários, que organizavam descimentos, efetivou-se a implantação e a expansão da LGA, de modo que ela começou a ser reconhecida pela Coroa portuguesa como instrumento de civilização. Esse *status* de língua de cultura ganhava força com a reedição de Figueira em 1878, como forma de padronizar seu uso.

Em 1757, a política de lingüística da Metrópole alterou-se: o *Diretório*, estabelecido pelo Marquês de Pombal, determinava a expansão da língua portuguesa pela região amazônica e a expulsão dos jesuítas, como forma de assegurar a posse da região, requisitada pela Espanha com base no Tratado de Tordesilhas.

Mesmo assim, a LGA continuou expandindo-se. Entretanto, outros golpes marcariam seu declínio: a adesão do Estado de Maranhão e Grão Pará à Independência do Brasil em 1823; em seguida, o massacre de quarenta mil pessoas, principalmente de falantes de LGA, em repreensão à Cabanagem (1835-1840); por último, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Assim, a LGA, que entrou no século XIX como hegemônica, perdeu para a língua portuguesa essa posição no século XX. Freire faz questão de enfatizar que foram questões geopolíticas que levaram a essa inversão de papéis, e não a apregoada “beleza” da flor do Lácio, como muitos autores defendem e que se tornou a visão privilegiada pela população em geral.

Ironicamente, no momento em que a LGA começou seu declínio, o Romantismo passou a valorizá-la, registrando sua literatura oral e produzindo material lingüístico (listas de palavras, dicionários, gramáticas), cujo levantamento é disponibilizado ao leitor, juntamente com uma sucinta apresentação bio-bibliográfica.

No quarto capítulo, dedicado à perda da hegemonia da LGA no século XIX, o autor demonstra, em um dos pontos mais fortes do livro, que havia uma classificação das pessoas de acordo com a língua que falavam. Assim, “índios bravos” seriam aqueles que falavam apenas sua língua vernácula; ao aprenderem também a LGA, passavam a ser “índios mansos”, categoria que se alterava para “tapuio”, quando o índio perdia a língua vernácula, passando a ser monolíngüe em LGA. Quando a LGA juntava-se à língua portuguesa, o índio passava a ser “índio civilizado”; por último, o monolíngüe em português era denominado “caboclo”. Essa tipologia etno-lingüística relacionava-se com os tipos de povoamento: aldeias, vilas e povoações e cidades.

Considerada língua de branco pelos índios, pois foram os missionários que a divulgaram, e de índio pelos brancos, a LGA, conclui Freire (2004), teria servido de ponte para a implantação da língua portuguesa na Amazônia, à medida que organizou a diversidade de línguas vernáculas para que a língua européia pudesse sobrepor-se apenas a uma língua.

O livro tem o mérito de recuperar a história externa da língua geral amazônica, desconstruindo o mito da unidade lingüística do Brasil e da hegemonia absoluta da língua portuguesa. Mais que isso, demonstra que o contexto sócio-político, e não características imanentes das línguas, foram responsáveis pela imposição do português ao Brasil. Assim, a obra interessa àqueles que procuram compreender a identidade lingüística brasileira e àqueles que reconhecem as funções sociais da linguagem, independentemente de estudarem ou não uma língua indígena.

Referências

COUTO, H.H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: UnB, 1996.

FIGUEIRA, L. **Arte de grammatica da língua brasílica**. Leipzig: B.G.Teubner, 1878.

FREIRE, J.R.B. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Atlântica Editora, 2004. (Coleção Brasilis).

IGLÉSIAS, F. **Historiadores do Brasil**: capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RODRIGUES, A.D. As línguas gerais sul-americanas. **Papia: Revista de crioulos de base ibérica**, Brasília, v.4, n.2, p.6-18, 1999.